



## SENADO FEDERAL

### Consultoria Legislativa

#### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

**Data da reunião:** 11/02/2020  
**Presidente:** Senador Omar Aziz

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p><b>PLP 19/2019</b></p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Plínio Valério</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	<p>Senador Telmário Mota</p>	<p>Contrário às Emendas nºs 4 e 5-PLEN.</p>	<p>O projeto busca conferir autonomia formal ao Banco Central do Brasil (BC) para que execute suas atividades essenciais ao país sem sofrer pressões político-partidárias. Estabelece requisitos para nomeação e demissão do seu Presidente e diretores e as vedações para o exercício do cargo. Em 12 de novembro de 2019, foi aprovado substitutivo em que, entre outros dispositivos: a) determina que a Diretoria Colegiada do BC deve ter comprovados conhecimentos que os qualifiquem para a função, e não somente <i>expertise</i> em assuntos econômico-financeiros; b) retira do texto a parte que detalha o processo de arguição pública, por já estar prevista na CF; c) propõe a substituição paulatina da diretoria, com o mandato do Presidente do BC tendo início a partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Presidente da República; d) define as hipóteses de condenação que ensejariam a perda de mandato; e) inclui a necessidade de o Conselho Monetário Nacional (CMN) submeter ao Presidente da República a proposta de exoneração em caso de comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos do Banco Central do Brasil; f) detalha a regra de transição para os primeiros mandatos fixos do Presidente e dos Diretores do BC. Retorna para que sejam apreciadas duas emendas apresentadas em Plenário. A primeira estende a competência do BC para que persiga não apenas o controle da inflação, mas também a estabilidade financeira; o crescimento econômico e o pleno emprego; a fiscalização e regulação do sistema financeiro; bem como empenho em cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. A segunda define o objetivo fundamental do BC, qual seja, o de assegurar a estabilidade de preços, e acrescenta os objetivos de suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e zelar pela solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional.</p> <p>O relator vota pela rejeição das emendas por entender, entre outras razões, que o BC estaria perseguindo um objetivo que não é bem definido e que o atual conjunto normativo que regulamenta o Sistema Financeiro Nacional define satisfatoriamente os objetivos e limites institucionais do Banco Central. Considera que o BC possui as ferramentas necessárias para perseguir a meta para a inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional, enquanto o mesmo não pode ser dito a respeito de eventuais metas relacionadas a crescimento econômico e geração de empregos.</p> <p>1. Em 12/11/2019, a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAE e contrário às emendas nºs 1 e 2.</p>

**Consultoria Legislativa do Senado Federal**  
**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**  
**Data da reunião: 11/02/2020**

2

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				2. Em 25/11/2019, foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 4-Plen, de autoria do Senador Eduardo Braga, e 5-Plen, de autoria do Senador Tasso Jereissati.
2	<p><b>PLC 123/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para inserir dispositivos que tratam da destinação de equipamentos de informática abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento para as escolas públicas federais, estaduais ou municipais.</p> <p><b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados  <a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Randolfe Rodrigues	Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.	<p>O PLC estabelece que as mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional, ou objeto de perda ou perdimento deverão ser incorporadas ao patrimônio de estabelecimentos de ensino da rede pública federal, estadual ou municipal, no caso de materiais ou equipamentos de informática. A incorporação dependerá de pedido do estabelecimento de ensino interessado, apresentado após divulgação, na internet, por um período mínimo de quinze dias úteis, da lista de mercadorias disponíveis. Decorrido o prazo, caso não haja interessados, a destinação poderá ser feita por meio de alienação, incorporação ao patrimônio de órgão da administração pública, destruição ou inutilização.</p> <p>O relator manifesta-se favoravelmente à matéria, propondo emenda para estabelecer que os critérios de definição da instituição de ensino a ser beneficiada, quando mais de uma manifestar interesse pela mesma mercadoria, serão definidos em regulamento e, em sua ausência, por sorteio.</p> <p>1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto.</p>
3	<p><b>PLS 213/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.</p> <p><b>Autoria:</b> Senadora Vanessa Grazziotin  <a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Esperidião Amin	Contrário ao projeto.	<p>O projeto altera a Lei do Serviço Militar no dispositivo que trata da prestação do serviço por mulheres. A proposição mantém a isenção do serviço em tempos de paz, mas faculta a prestação voluntária, desde que as interessadas manifestem essa opção no período legal de apresentação (ano em que se completam 18 anos de idade).</p> <p>O relator vota pela rejeição por considerar que a matéria desrespeita os art. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal comprometendo-se com despesas que não possuem respaldo no Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e viola as metas fiscais.</p> <p>1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.</p> <p>2. A matéria foi encaminhada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por meio de requerimento solicitando que o projeto fosse enviado à Comissão de Assuntos Econômicos para avaliação dos aspectos econômicos e financeiros.</p> <p>3. A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.</p>
4	<p><b>PLP 142/2019</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores que as sociedades cooperativas de motoristas de taxi recebem dos passageiros e repassam aos taxistas, autoriza aos Municípios a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo isenção do Imposto Sobre Serviços</p>	Senador Esperidião Amin	Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas.	<p>O projeto pretende afastar a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre valores recebidos por sociedades cooperativas de motoristas de táxi repassados aos taxistas, referentes a serviços de transporte prestados, bem como excetuar os serviços de transporte público individual de passageiros da vedação à concessão de benefícios tributários ou financeiros expressa no art. 8º-A da Lei Complementar (LCP) 116/2003.</p> <p>O relator propõe a aprovação com emendas. Em relação à exclusão dos referidos valores da base de cálculo do imposto, por meio de acréscimo de novo inciso ao § 2º do art. 7º da LCP nº 116, de 2003, explica que não há razão para a medida, já que, com a alteração feita no art. 2º, não mais haverá incidência do tributo sobre eles, o que equivale a dizer que já não comporão a base tributável do ISS. Assim, propõe emenda supressiva do inciso acrescentado no projeto.</p> <p>Além disso, o relator observa que, nos termos da justificação do projeto, caso aprovado, os municípios ficariam autorizados a conceder isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo isenção do ISS às cooperativas de motoristas de taxi. Todavia, entende que não é isso o que diz a proposição,</p>

**Consultoria Legislativa do Senado Federal**  
**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**  
**Data da reunião: 11/02/2020**

3

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	de Qualquer Natureza às cooperativas de motoristas de taxi. <b>Autoria:</b> Senador Major Olimpio <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>			já que a exceção à regra geral, segundo a qual a alíquota do ISS não poderá ser inferior a 2%, não se aplica às cooperativas de táxi, que não mais integrarão ao polo passivo da tributação, mas aos motoristas de táxi. Assim, propõe emendas para adequação da ementa e do art. 1º da proposição.
5	<b>PLP 212/2019</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar o contingenciamento de recursos da seguridade social. <b>Autoria:</b> Senador Paulo Paim <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Wellington Fagundes	Favorável ao projeto.	O projeto altera a LRF para vedar o contingenciamento de recursos da seguridade social, quando verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita pode comprometer o alcance da meta de resultado primário ou nominal fixadas para o exercício.
6	<b>PLP 214/2019</b> <b>Ementa:</b> Altera o art. 61-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para regular a remuneração do investidor-anjo e excetuar as hipóteses de responsabilidade solidária. <b>Autoria:</b> Senador Flávio Bolsonaro <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Marcos Rogério	Favorável ao projeto.	A proposição altera três dispositivos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para: a) aumentar o prazo máximo do contrato de participação do investidor-anjo de sete para dez anos; b) explicitar que o investidor-anjo não será responsabilizado por qualquer tipo de dívida da sociedade na qual aportou capital, não será atingido por efeitos de recuperação judicial, não será considerado parte do mesmo grupo econômico, não responderá solidariamente, nem estará sujeito aos efeitos da desconsideração da personalidade jurídica; c) ampliar o prazo máximo da remuneração do investidor-anjo por seus aportes, de cinco para sete anos.
7	<b>PLP 257/2019</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas. <b>Autoria:</b> Senadora Leila Barros <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Plínio Valério	Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.	O PLP, com o intuito de aprimorar a capacidade de resposta da União a calamidades públicas, altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para estabelecer que a reserva de contingência que consta da LOA deverá assegurar que pelo menos 25% de seus recursos sejam reservados para o apoio de ações que atendam a situações de calamidade pública. Daquele volume de recursos, o montante que não tiver sido gasto até o terceiro trimestre do ano poderá ser revertido para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. A proposição também modifica a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre ações com o objetivo de prevenir ou lidar com situações de calamidade pública, para prever que o Funcap seja autorizado a apoiar ações de saúde e assistência social aos afetados nas áreas atingidas por desastres enquanto persistirem seus efeitos econômicos. Também obriga as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão a transmitirem, gratuitamente, informações de alerta à população sobre riscos de desastre. O relator propõe uma emenda de redação e outra alterando a cláusula de vigência para o ano seguinte ao da publicação da Lei.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
8	<p><b>PL 5022/2019</b></p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, para estabelecer prioridade no atendimento às famílias vítimas de desastres naturais.</p> <p><b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Favorável ao projeto.	<p>O projeto altera a Lei 13.439/2017, que criou o Programa “Cartão Reforma”, para incluir entre os grupos familiares a serem atendidos com prioridade os que “tiveram a moradia danificada em razão de desastre natural, situada em Município onde houve reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública”.</p> <p>1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.</p>
9	<p><b>PL 5187/2019</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Irajá</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Marcos Rogério	Favorável ao projeto.	<p>O PL tem por objetivos principais estabelecer repasse de 40% dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais e determinar o repasse dos recursos não aplicados pelos bancos administradores dos Fundos Constitucionais a outras instituições financeiras. Para tanto, estabelece que: a) os bancos administradores deverão repassar 40% dos recursos previstos para cada exercício dos Fundos Constitucionais de Financiamento a outras instituições financeiras federais; b) as instituições financeiras beneficiárias dos repasses devolverão aos bancos administradores os valores devidos, de acordo com o cronograma de reembolso das operações formalizadas nos contratos, independentemente do pagamento pelo tomador final; c) aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, sob seu risco exclusivo, fica assegurado o repasse de 10% dos recursos previstos para cada exercício dos Fundos Constitucionais ou o valor efetivamente demandado por essas instituições, o que for menor; d) os recursos não aplicados pelos bancos administradores, diretamente ou por meio dos repasses a outras instituições financeiras federais, deverão ser repassados a outras instituições financeiras; e) até o efetivo repasse às instituições financeiras beneficiárias, e observado o cronograma de aplicação de recursos estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, os recursos destinados a repasse obrigatório deverão ficar aplicados em fundos de investimento extramercado; f) as instituições financeiras não indicarão serviços de consultoria para elaboração de projetos a serem financiados com recursos dos Fundos Constitucionais; g) todas as tarifas relacionadas à solicitação de financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais serão embutidas nos juros e não serão cobradas, por qualquer motivo alegado, sem a efetiva concessão do financiamento; h) o custo financeiro dos repasses de recursos dos bancos administradores para outras instituições financeiras não poderá exceder a 0,5% ao ano; i) a remuneração dos recursos aplicados pelos bancos administradores, bancos cooperativos, confederações de cooperativas de crédito ou pelas instituições financeiras públicas ou privadas terão margem bruta (spread) máximo de 3% ao ano. Além disso, determina que, para efeitos de cálculo da taxa de administração paga aos bancos administradores, serão deduzidos do patrimônio líquido dos Fundos os valores aplicados em fundos de investimento extramercado.</p> <p>1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.</p>
10	<p><b>PLS 546/2018</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos</p>	Senador Oriovisto Guimarães	Pela aprovação do projeto.	<p>O PLS altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do imposto de renda, em favor dos fundos dos direitos da criança e do adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos fundos. Na CDH, o projeto foi aprovado sem emendas.</p> <p>1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.</p> <p>2. Em 4/2/2020, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria.</p>

**Consultoria Legislativa do Senado Federal**  
**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**  
**Data da reunião: 11/02/2020**

5

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos. <b>Autoria:</b> Senador Edison Lobão <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>			
11	<b>PLS 28/2017</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis. <b>Autoria:</b> Senador Romário <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Esperidião Amin	Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.	O projeto visa a estender a isenção do IPI incidente sobre a aquisição de automóveis a todas as pessoas com deficiência. Define pessoa com deficiência, para efeito de gozo do benefício, como aquela portadora de impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Também inclui dispositivo que permite à pessoa com deficiência requerer nova isenção – ainda que dentro do período mínimo de 2 anos para nova aquisição com uso do benefício, previsto no texto atual – nos casos em que o veículo tenha sido roubado, furtado ou sofrido sinistro que acarrete perda total do bem. O relator apresenta substitutivo no qual, entre outras medidas, sugere: a) a extensão do benefício somente para as pessoas portadoras de deficiência auditiva, que são a maioria dos que ainda não estão contemplados na lei; b) a retirada da autorização que prevê que o beneficiário da isenção do IPI possa requerê-la novamente em casos de roubo, furto ou sinistro com perda total do bem; c) a manutenção da isenção de imposto sobre os acessórios, ainda que não originais do veículo, caso sejam utilizados para a adaptação do automóvel ao uso por pessoa com deficiência.  1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto. 2. Em 4/2/2020, foi lido o relatório.
12	<b>PLS 145/2018</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar e facilitar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio de sistema criado e mantido na rede mundial de computadores, pelo Poder Executivo Federal. <b>Autoria:</b> Senador José Agripino <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Irajá	Pela aprovação do projeto.	O PLS objetiva acrescentar dispositivos na Lei nº 11.598, de 2007, que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, a fim de simplificar os processos de abertura e fechamento de empresas, entre outros, e de permitir sua realização pela internet. A proposta estabelece a possibilidade de serem praticados atos de constituição, alteração, transformação, incorporação, fusão, cisão, dissolução e extinção de registro de empresários e de pessoas jurídicas por meio de sistema eletrônico acessível pela internet, devendo tais funcionalidades serem implementadas no prazo de 12 meses.  1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto. 2. Em 10/12/2019, foi lido o relatório.
13	<b>PL 776/2019</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas	Senador Confúcio Moura	Pela aprovação do projeto com quatro emendas apresentadas.	O projeto altera a Lei 9.250/1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física devido no ano-calendário. A proposição é acompanhada de regras para sua adequação ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. O relator sugere quatro emendas de redação.  1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto.



**Consultoria Legislativa do Senado Federal**  
**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**  
**Data da reunião: 11/02/2020**

6

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física. <b>Autoria:</b> Senador Chico Rodrigues <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>			2. Em 4/2/2020, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.
14	<b>PLS 373/2017</b> <b>Ementa:</b> Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. <b>Autoria:</b> Senadora Kátia Abreu <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Wellington Fagundes	Pela aprovação do projeto.	O PLS visa a conceder benefícios a projetos de reforma, ampliação e estruturação das agroindústrias artesanais. Para tanto, institui a Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte). Determina que os estabelecimentos ou os indivíduos que se enquadrem como Microempresa, Empreendedor Individual ou Empreendedor Familiar Rural poderão ser beneficiários dos incentivos previstos na futura lei. Estabelece que, a partir do ano-calendário de 2018 e até o ano-calendário de 2025, as deduções para apoio a projetos previamente aprovados, na forma de regulamento, de reforma e estruturação das indústrias artesanais no âmbito do Agroforte serão de 4% do imposto devido pelas pessoas jurídicas e de 6% do imposto devido pelas pessoas físicas. Dispõe sobre regras para consideração do valor venal de bens doados no âmbito do Agroforte; descreve medidas que constituem infrações; esclarece que, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, as infrações à lei sujeitarão o doador ao pagamento do imposto não recolhido, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação, bem como multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem auferida indevidamente; e, altera legislações tributárias para viabilizarem as regras estabelecidas no Projeto. Em 29/7/2019, foram apresentadas as informações de impacto orçamentário e financeiro para os exercícios financeiros 2020 a 2022. A Receita Federal estimou o valor máximo de perda de arrecadação, renúncia potencial, em R\$ 13,62 bilhões, R\$ 14,46 bilhões e R\$ 15,32 bilhões para 2020, 2021 e 2022, respectivamente. Ademais, com base em outras deduções existentes no ordenamento jurídico tendo como parâmetro os mesmos limites do PLS, prevê a renúncia estimada para esses parâmetros em R\$ 405,49 milhões, 430,07 milhões e 456,17 milhões para 2020, 2021 e 2022, respectivamente.  1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.
15	<b>PL 3137/2019</b> <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023. <b>Autoria:</b> Senador Eduardo Braga <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Confúcio Moura	Pela aprovação do projeto.	O PL estabelece diretrizes da política de valorização do salário mínimo entre 2020 e 2023, com a expectativa de inflação anual do ano anterior encaminhada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com a aplicação da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de dois anos antes. Dispõe que os reajustes serão estabelecidos por decreto presidencial, que divulgará, a cada ano, os valores mensal, diário e horário do salário mínimo.
16	<b>PL 3252/2019</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada.	O projeto tem por objetivo permitir a dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) das despesas realizadas pelo contribuinte com vacinas. O relator propõe a aprovação com emenda de redação.

**Consultoria Legislativa do Senado Federal**  
**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**  
**Data da reunião: 11/02/2020**

7

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas. <b>Autoria:</b> Senador Lasier Martins <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>			

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.  
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.  
Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para [conleg.apl@senado.leg.br](mailto:conleg.apl@senado.leg.br).